

Brasília, 06 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Setor de Franquias no Brasil representa robustez econômica 3

O Antagonista

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Zuckerberg é alvo de ação por direitos autorais nos EUA 5

Portal Leo Dias

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Justiça dá vitória a Mariah Nala em disputa pela marca artística após fim de contrato 7

Teletime News

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Pirataria

Ancine estrutura bloqueios a cada 30 minutos contra pirataria na Copa do Mundo 9

Economia & Negócios - Estadão

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Grupo de editoras processa Meta e Mark Zuckerberg por uso ilegal de direitos auto... 11

O Globo

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

O custo social das patentes 13

Carta Capital Online

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Três questões urgentes sobre as terras raras 15

Folha.com

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Fifa prepara fiscalização de direitos autorais na Copa 20

Setor de Franquias no Brasil representa robustez econômica



Recentemente, deparei-me com artigo publicado no site Migalhas sustentando - de forma absolutamente genérica e leviana - que o sistema de franquias no Brasil é uma fraude, ancorada no princípio da pacta sunt servanda e que encontra beneplácito na lei e na jurisprudência.

Nada mais equivocado em nosso sentir. A gravidade da afirmação exige reflexão técnica cuidadosa, sobretudo para evitar generalizações incompatíveis com a realidade econômica e jurídica do setor.

O franchising brasileiro consolidou-se, há muito, como um dos motores essenciais de organização empresarial e de expansão da economia nacional, com indicadores que refutam veementemente qualquer narrativa generalizante de instabilidade sistêmica ou fraude inerente ao modelo.

De acordo com o balanço anual da Associação Brasileira de Franchising (ABF), divulgado em março de 2026, o setor faturou R\$ 301,7 bilhões em 2025, marcando um crescimento nominal de 10,5% sobre 2024 - desempenho que superou as projeções iniciais da entidade e ocorreu em um contexto macroeconômico desafiador, com juros elevados e desinflação.

Esse resultado reflete a presença de 202.444 unidades em operação, distribuídas por cerca de 80% dos municípios brasileiros, e a geração de quase 1,8

milhão de empregos formais diretos. Todos os segmentos monitorados pela ABF registraram expansão, com destaques para Limpeza e Conservação (maior crescimento percentual), Saúde, Beleza e Bem-Estar, e Alimentação - Comércio e Distribuição.

A receita média mensal por unidade atingiu R\$ 124 mil, perfil típico de pequenos e médios empreendedores que se beneficiam de um ecossistema maduro e resiliente e cujas franquias têm faturamento expressivo.

A vitalidade do setor não se resume a números isolados: a taxa média de abertura de novas operações entre as redes associadas à ABF foi de 18%, enquanto estimativas da própria entidade apontam para uma taxa de mortalidade de apenas 6,7% após dois anos de operação nas marcas afiliadas - índice e substancialmente inferior ao de negócios independentes, que carecem do suporte técnico, treinamento e know-how transferido pelo franqueador. Dados do IBGE indicam que 62,1% dos negócios autônomos e não franqueados não sobrevivem a cinco anos de operação. Assim, a taxa de mortalidade empresarial das redes associadas permanece significativamente inferior à média nacional apontada pelo IBGE, evidenciando que o modelo, longe de representar fraude sistêmica, constitui alternativa estruturada como porta de entrada para o empreendedorismo.

Juridicamente, a ideia de fraude amparada na legislação também não se verifica. A lei 13.966/19 (lei de Franquias) erige a Circular de Oferta de Franquia (COF) como pilar de transparência pré-contratual, exigindo a entrega do documento com antecedência mínima de dez dias antes da assinatura do contrato de franquia ou pagamento de qualquer taxa à franqueadora. A COF, para se adequar aos ditames legais, deve conter ampla revelação de dados relevantes sobre a franqueadora e sua rede, estimativas de resultados, royalties, fundo de propaganda e potenciais riscos, equilibrando qualquer eventual déficit informacional com um prazo razoável para análise. Tal desenho normativo busca jus-

tamente mitigar assimetrias informacionais típicas das relações empresariais complexas.

Diante disso, a entrega prévia da COF, aliada ao intervalo de dez dias (prazo mínimo, diga-se, que pode ser estendido se o investidor estiver diligenciando), permite uma ampla investigação da franqueadora e de sua rede - via consultas ao **INPI** sobre a marca e a órgãos de proteção ao crédito para verificar a saúde financeira da rede e da franqueadora. Qualquer due diligence, de preferência feita por profissionais qualificados que podem analisar os balanços da franqueadora e a lista fornecida de seus processos (ou ampliada por busca simples junto aos tribunais), permite resolver uma série de eventuais déficits informacionais existentes.

A COF ainda traz consigo listas nominais de franquias atuais do sistema e das encerradas nos últimos 24 meses, com contatos telefônicos e endereços. Basta ao potencial investidor - empresário diligente que deve ser - contatar essa gama representativa de empresários indicados na COF para verificar na prática os dados recebidos, equilibrando ainda mais esse eventual déficit informacional com investigação própria.

Assim, a boa-fé contratual no momento anterior à assinatura do contrato é uma via de duas mãos - e não pode alegar ao potencial investidor, depois no futuro, pura e simplesmente vício de consentimento por mera passividade. E se as informações forem de fato inconsistentes (e é claro que isso pode acontecer, já que nenhum sistema é imune a empresários que atuem de má-fé), a lei traz um remédio bastante adequado: a possibilidade de nulidade ou anulabilidade do contrato de franquia firmado, devolução das taxas pagas e indenização, que deve ser arguida em prazo razoável sob pena de convalidação da relação.

O que não se pode admitir é que todo e qualquer franqueado, empresário que é, seja presumido como vítima hipossuficiente de um "sistema inescrupuloso e fraudulento" - como o artigo ora comentado

fez.

A jurisprudência do STJ e do TJ/SP é uníssona ao rejeitar a aplicação do CDC e da CLT, pois a relação de franquia não é consumerista nem trabalhista, mas contratual entre agentes econômicos autônomos e paritários (art. 421-A, CC), com o franqueado assumindo riscos inerentes ao negócio.

Não há promessa de resultado no contrato de franquia: o art. 2º, XV, da Lei 13.966/2019 proíbe projeções de lucratividade sem ressalvas, e o risco do negócio é inequivocamente do franqueado, conforme art. 421 do Código Civil (função social do contrato). Insucessos pontuais e unitários, que irão existir por certo, não permitem desqualificar todo um sistema comprovadamente próspero e que funciona como mecanismo de entrada para milhares de brasileiros ao que se costuma chamar de inclusão empresarial.

Assim, em nosso sentir, o franchising representa um sistema empresarial robusto e regulamentado por lei específica, responsável, inclusive, por quase 3% do PIB. As graves acusações feitas no artigo mencionado revelam a mais pura falta de conhecimento técnico, ausência de análise científica séria e, pior, desinformação.

O franchising brasileiro, ao contrário, alia vigor econômico a um arcabouço jurídico que preserva a paridade, combatendo narrativas alarmistas, permitindo que milhares de brasileiros realizem o sonho de se tornarem empresários e reduzindo os riscos do negócio, com marcas testadas e know-how sólido. Agora, esse sonho, para ser realizado, exige responsabilidade, diligência e boa-fé de ambos os lados envolvidos.

Sidnei Amendoeira Junior Formado pela USP-SP, é doutor e mestre em direito processo civil pela mesma faculdade, tendo sido orientado pelo Prof. Cândido Rangel Dinamarco. É professor de cursos de direito processual civil da Direito GV em São Paulo.

Zuckerberg é alvo de ação por direitos autorais nos EUA



oantagonista

Zuckerberg é alvo de ação por **direitos autorais** nos EUA

Cinco editoras e escritor Scott Turow processam Meta em Nova York, acusada de usar livros piratas para treinar modelo Llama

Cinco editoras de grande porte e o escritor Scott Turow ingressaram com uma ação coletiva por violação de **direitos autorais** contra a Meta Platforms e seu fundador e CEO, Mark Zuckerberg.

O processo, apresentado no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, acusa a empresa de ter utilizado obras protegidas, obtidas sem licença, para desenvolver o Llama, seu programa de inteligência artificial. Segundo a queixa, Zuckerberg teria autorizado pessoalmente as práticas descritas.

O que diz a acusação

As editoras Hachette, Macmillan, McGraw Hill, Elsevier e Cengage, ao lado de Turow, afirmam que engenheiros da Meta baixaram **cópias não autorizadas** de livros e artigos acadêmicos por meio de plataformas de **pirataria**, entre elas o Anna's Archive - mecanismo de busca que indexa sites como LibGen e Sci-Hub.

A ação também acusa a companhia de remover avisos de copyright e outras informações de gestão de direitos das obras copiadas.

Entre os autores cujos trabalhos teriam sido utilizados no treinamento do Llama estão V.E. Schwab, N.K. Jemisin e Lemony Snicket.

Parte das evidências citadas na peça judicial veio do próprio sistema: ao ser solicitado a resumir o romance Presumed Innocent, de Turow, o Llama afirmou ter sido "treinado com uma versão digital do livro", o que lhe permitia "acessar e analisar seu conteúdo".

Em declaração enviada ao The New York Times, Turow classificou a conduta da Meta como "descarada, prejudicial e injusta": "Considero angustiante e revoltante que uma das dez empresas mais ricas do mundo tenha usado conscientemente cópias pirateadas dos meus livros, e de milhares de outros autores, para treinar o Llama, que pode e já produziu material concorrente, incluindo obras supostamente no meu estilo".

Impacto no mercado editorial

Os autores da ação argumentam que o risco vai além da infração em si. O programa de IA da Meta seria capaz de produzir livros em escala e resumir obras com tal nível de detalhe - abrangendo enredo, personagens e escolhas criativas - que os leitores poderiam prescindir da obra original.

"Esses livros gerados por IA já estão inundando o maior mercado de livros do mundo, a Amazon, em volumes que substituem significativamente obras escritas por humanos", afirma o documento.

Como medidas, os demandantes pedem a destruição de todas as cópias obtidas de forma ilícita e a sus-

ção das atividades classificadas como infrações.

Maria A. Pallante, presidente da Association of

American Publishers, declarou que o setor busca

"um cenário de IA muito mais sustentável - algo

transparente, justo, participativo e com salvaguar-

das contra danos a autores e editoras".

Justiça dá vitória a Mariah Nala em disputa pela marca artística após fim de contrato



Veja as fotos

Justiça dá vitória a Mariah Nala em disputa pela marca artística após fim de contrato



Guto Graça Mello, ex-diretor musical da Globo e produtor, morre aos 78 anos
Guto Graça Mello, ex-diretor musical da Globo e produtor, morre aos 78 anos



Saiba o que Carlinhos Maia disse em depoimento à Polícia Civil de Goiás
Saiba o que Carlinhos Maia disse em depoimento à Polícia Civil de Goiás

05/05/2026 às 21:35

A Justiça do Rio de Janeiro bateu o martelo e confirmou o fim do contrato de agenciamento da cantora Mariah Nala com as empresas Provesi Criações e Pimenta Produções. A decisão da 22ª Câmara de Direito Privado entendeu que houve descumprimento de obrigações e condutas consideradas abusivas por parte dos antigos empresários, validando assim a saída da artista do vínculo profissional.

Registro indevido no **INPI** foi corrigido, valores ligados à Sony Music foram analisados e pedido de multa milionária de R\$ 14 milhões acabou rejeitado pelo tribunal

Portal Leo Dias

Continuação: Justiça dá vitória a Mariah Nala em disputa pela marca artística após fim de contrato



Não vai ser dessa vez! Jojo Todynho recua e desiste de briga com Malévola em Bangu Não vai ser dessa vez! Jojo Todynho recua e desiste de briga com Malévola em Bangu

O caso, que teve análise detalhada da Justiça, expôs ainda uma briga pela marca artística da cantora. Segundo informações do colunista Ancelmo Gois, do Jornal O Globo, o nome "Mariah Nala" havia sido registrado no **INPI** pelas empresas, mesmo

com cláusula contratual garantindo que o nome pertencia exclusivamente à artista. Com isso, a Justiça determinou que o registro seja corrigido para o nome da própria cantora, encerrando mais esse impasse da disputa.

Na parte financeira, a decisão também foi desfavorável aos antigos empresários. Mariah deverá receber cerca de R\$ 80,6 mil, referente à sua participação no adiantamento de um contrato com a gravadora Sony Music, valor que não teria sido repassado corretamente pelas agências. Em contrapartida, o pedido das empresas para cobrar uma multa rescisória de R\$ 14 milhões da cantora foi rejeitado pela Justiça, que entendeu que houve quebra de confiança por parte dos próprios empresários.

Apesar do reconhecimento de que a mãe da cantora participou ativamente das negociações e poderia integrar a ação, o pedido de indenização por danos morais foi negado. Para os desembargadores, o caso se trata de uma disputa contratual e financeira, sem elementos que caracterizem ofensa à honra ou à dignidade das envolvidas, mesmo com os conflitos gerados ao longo da relação profissional.

Ancine estrutura bloqueios a cada 30 minutos contra pirataria na Copa do Mundo



A Ancine aplicará uma estratégia de bloqueios contínuos, com intervalos de 30 minutos, para conter a **pirataria** de transmissões ao vivo durante a Copa do Mundo. A preparação do órgão para os eventos esportivos foi detalhada nesta terça, 5, pelo coordenador de Combate à **Pirataria** da Ancine, Eduardo Carneiro, durante o evento Brasil Streaming 2026.

O plano de ação é impulsionado pela consolidação da Instrução Normativa 174, que oficializou o bloqueio administrativo de plataformas infratoras e permitiu escalar os testes que já vinham sendo realizados. Diante do cenário digital, o foco em conteúdos ao vivo exige uma dinâmica mais ágil da fiscalização. Carneiro explicou que as operações já acontecem pelo menos uma vez por semana nesse formato.

"Hoje, se eu bloqueio um número de IP, é possível que eles mudem esse alvo bloqueado para continuar com o serviço ilegal no ar. A gente tem feito esse monitoramento com os denunciante e, durante esse período de bloqueio, a cada 30 minutos, são emitidas novas ordens de bloqueio", afirmou o coordenador. Caso o serviço tente restabelecer o sinal em novos endereços, a agência derruba o acesso no round seguinte.

O projeto piloto da Ancine acumula números expressivos: cerca de 3,5 mil alvos já foram bloqueados em 78 operações, atingindo aproximadamente 30 serviços ilegais e gerando uma redução de 83,8% nos acessos a essas plataformas.

Para dar conta do volume de demandas e do aumento da escala de atuação visando os próximos eventos esportivos, o Diário Oficial publicou a convocação de novos servidores oriundos do último concurso, que serão alocados na frente de combate à **pirataria**.

A estratégia da agência vai além da restrição de acesso e busca o estrangulamento financeiro das organizações. Carneiro destacou que o planejamento inclui cortar o fluxo de anúncios de agências de publicidade e forçar a retirada de opções de cartões de crédito e outros meios de pagamento das páginas piratas.

Essas ações contam com a articulação do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** (CNCP). No entanto, Senna e a vice-presidente de Relações Governamentais da Motion Picture Association (MPA) do Brasil, Andressa Pappas, pontuaram que as discussões internas do CNCP ainda costumam focar majoritariamente na **propriedade industrial**, como fraudes envolvendo etanol e combustíveis.

O esforço da indústria é ampliar esse escopo para que a **pirataria** audiovisual também seja tratada sob a ótica da proteção ao consumidor e do perigo cibernético.

Em paralelo, a estruturação do combate conta com a responsabilização penal, fornecendo materialidade para operações policiais. O diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Jonas Antunes, apontou que a nova regulamentação posiciona a Ancine como uma interlocutora fundamental junto a plataformas intermediárias, como serviços de hospedagem e registradores de domínio.

Antunes ressaltou que a atuação isolada das operadoras de telecomunicações cumprindo ordens da Anatel não é suficiente, sendo vital engajar os demais elos da infraestrutura digital.

Esse esforço conjunto entre o Estado e a iniciativa privada tem transformado o Brasil em uma referência internacional. Segundo o executivo da ABTA, as esteiras de combate estruturadas no País motivaram visitas de delegações da Coreia neste ano, além

Continuação: Ancine estrutura bloqueios a cada 30 minutos contra pirataria na Copa do Mundo

de intercâmbios recentes de informações com os Estados Unidos e Portugal.

A necessidade de uma atuação interligada é reforçada pelos impactos diretos ao usuário e pela percepção da sociedade. Andressa Pappas apresentou

dados preliminares de um estudo focado em segurança cibernética, indicando que um site de **pirataria** no Brasil apresenta um risco 29 vezes maior de exposição a ameaças digitais do que serviços legítimos.

Em categorias específicas, como IPTV e torrent, as plataformas chegam a ser até 100 vezes mais perigosas, servindo como porta de entrada para fraudes, sequestro de dados e formação de redes de robôs.

Pappas alertou para o fator cultural do problema, ressaltando que o oferecimento quase profissional desses serviços ilegais em redes sociais gera uma falsa sensação de legitimidade. Essa normalização

leva o consumidor a questionar "que mal faz?" consumir o conteúdo, ignorando a exposição estrutural às ameaças.

Análise

A consolidação da Ancine para aplicar bloqueios dinâmicos e atacar a base de monetização marca uma nova etapa de fiscalização. Com o apoio operacional do setor privado e a integração com outras instâncias estatais e internacionais, o combate à **pirataria** audiovisual se afasta da atuação voltada unicamente para os direitos de mercado e passa a focar na desarticulação de um ecossistema criminoso que ameaça a segurança do consumidor.

Grupo de editoras processa Meta e Mark Zuckerberg por uso ilegal de direitos autorais em IA



Cinco grandes editoras - Hachette, Macmillan, McGraw Hill, Elsevier e Cengage - e o romancista best-seller Scott Turow entraram com uma ação coletiva por violação de **direitos autorais** contra a Meta e seu fundador e CEO, Mark Zuckerberg. A ação, que foi apresentada na manhã de terça-feira, 5, no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, acusa a Meta e Zuckerberg de usar ilegalmente milhões de obras protegidas por **direitos autorais** para treinar seu programa de inteligência artificial Llama, e de remover avisos de **direitos autorais** e outras informações de gerenciamento de **direitos autorais** dessas obras. A ação alega que os engenheiros da Meta utilizaram livros e artigos de periódicos pirateados para treinar o programa, baixando cópias não licenciadas por meio de sites como o Anna's Archive, um mecanismo de busca de código aberto para sites de **pirataria**, incluindo LibGen e Sci-Hub.

A ação também alega que "o próprio Zuckerberg autorizou pessoalmente e incentivou ativamente a violação". Representantes da Meta não responderam imediatamente a um pedido de comentário.

Os autores da ação alegam que o programa de IA da Meta representa uma ameaça ao sustento de escritores e editoras, pois a tecnologia pode ser usada para produzir rapidamente livros plagiados gerados por IA e para resumir o enredo e os temas de livros protegidos por **direitos autorais** com tantos detalhes que os leitores não precisam mais comprá-los. "Esses livros gerados por IA já estão inundando o maior mercado de livros do mundo, a Amazon, em volumes que substituem significativamente as obras escritas por humanos", afirma a petição. O maior

risco com a IA é não quisermos mais ultrapassar a nós mesmos. The Economist: Escassez de computação impõe primeira grande crise à IA e limita expansão do setor. 'Ninguém vai pensar em tecnologia se está com fome', diz secretária de Inovação do RSO. O processo cita vários autores cujas obras, segundo os demandantes, foram usadas para treinar o Llama, incluindo V.E.

Schwab, N.K. Jemisin, Lemony Snicket e Turow. Algumas das evidências citadas na denúncia supostamente vêm diretamente do Llama. Quando solicitado a produzir um guia de viagem no estilo da escritora Becky Lomax, o Llama rapidamente produziu "uma reprodução convincente da voz de Lomax como conhecedora local", diz a denúncia. Então, quando questionado sobre como foi capaz de reproduzir o estilo de Lomax com tanta precisão, o Llama teria respondido: "Embora eu não tenha interações pessoais com Becky Lomax, fui treinado com uma vasta quantidade de dados de texto, incluindo suas obras publicadas". O Llama também é capaz de resumir livros em detalhes. Quando solicitado a fornecer uma sinopse de "Presumed Innocent", de Turow, o Llama confirmou que havia "sido treinado com uma versão digital do livro, o que me permite acessar e analisar seu conteúdo", de acordo com a denúncia.

Em um e-mail enviado ao The New York Times, Turow afirmou que o uso de obras piratas pela Meta constituía um "comportamento vergonhoso, prejudicial e injusto".

"Acho angustiante e revoltante que uma das dez empresas mais ricas do mundo tenha usado conscientemente **cópias** piratas dos meus livros, e de milhares de outros autores, para treinar o Llama, que pode produzir e já produziu material concorrente, incluindo obras supostamente no meu estilo", escreveu Turow. Ao produzir "**cópias** e imitações" das obras dos autores, o programa de IA da Meta poderia "diluir o mercado geral de obras literárias", argumentam os autores da ação. "Essas produções são suficientemente semelhantes às obras protegidas por **direitos autorais** - em termos de tema, deta-

lhes do enredo, sequência de eventos, nomes e traços dos personagens ou outras escolhas criativas - a ponto de substituírem a obra original para muitos leitores ou consumidores", afirma a ação. A ação judicial é a mais recente iniciativa de autores e editoras para coibir o uso de obras protegidas por **direitos autorais** por parte de empresas de tecnologia para treinar seus grandes modelos de linguagem.

Escritores entraram com ações judiciais contra empresas de tecnologia, incluindo OpenAI, Anthropic, Google e xAI, pelo uso não autorizado de suas obras por parte dessas empresas. No outono passado, a Anthropic concordou em pagar um acordo de US\$ 1,5 bilhão a escritores cujos livros haviam sido usados para treinar seu programa de IA. (O Times processou a OpenAI e a Microsoft, bem como a Perplexity, acusando as empresas de violação de **direitos autorais** de conteúdo jornalístico relacionado a sistemas de IA. As empresas refutaram as alegações.) Autores já haviam contestado a Meta na Justiça anteriormente. Em junho de 2025, um juiz decidiu a favor da Meta, concluindo que os autores da ação não haviam apresentado provas suficientes

de que o produto de IA da Meta causaria uma "diluição do mercado" ao produzir uma enxurrada de livros gerados por IA. A ação movida na terça-feira contra a Meta reuniu editoras comerciais e educacionais, editoras acadêmicas de revistas científicas e médicas e um autor best-seller de thrillers jurídicos.

Os demandantes buscam uma ordem exigindo que a Meta destrua todas as **cópias** adquiridas ilegalmente de obras protegidas por **direitos autorais** dos demandantes que a Meta utilizou no treinamento de IA e que "cesse todas as atividades ilegais", além de solicitar qualquer "outra medida que o tribunal julgar adequada". "Estamos focados em um cenário de IA muito mais sustentável - algo que seja transparente, justo e participativo e que tenha proteções contra danos aos autores e editores", disse Maria A. Pallante, presidente e CEO da Association of American Publishers, um grupo comercial que atua como defensor de leis e políticas para a indústria editorial. "O dano já é evidente." Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

O custo social das patentes



O custo social das patentes

JULIA PARANHOS

O debate sobre a duração das **patentes** volta a ganhar relevância com a queda da **patente** da sema-glutida, princípio ativo de medicamentos para o tra-tamento do diabetes e da obesidade, como Ozempic ou Wegovy. O tema já foi decidido pelo STF em 2021, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.529/DF, que declarou inconstitucio-nal o parágrafo único do artigo 40 da Lei de **Pro-priedade Industrial**. O trecho previa período mínimo de vigência das **patentes** contado a partir da data de concessão. Diante da falta de examina-dores no **Instituto Nacional da Propriedade In-dustrial** (INPI) e do atraso na análise dos pedidos, esse dispositivo, concebido como exceção, acabou se tornando regra. Como resultado, 92,2% das **pa-tes**tes farmacêuticas concedidas entre 1997 e 2018 tiveram vigência superior aos 20 anos previstos em lei.

O STF determinou ainda a retroatividade da decisão para as tecnologias da área (produtos e processos farmacêuticos) - a revogação das extensões já con-cedidas. Entre os efeitos diretos estão a entrada de concorrentes no mercado e a consequente redução dos preços médios, com impacto na redução dos custos do SUS e nos gastos das famílias brasileiras.

Um mês depois da decisão do STF, farmacêuticas estrangeiras iniciaram ações judiciais, tendo como principal argumento a necessidade de reparação por possíveis perdas decorrentes do atraso do **INPI**. A argumentação baseia-se no mecanismo de ajusta-mento do prazo de vigência de patentes adotado pelos Estados Unidos, inexistente na legislação bra-sileira.

Em pesquisa do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram calculados os efeitos potenciais sobre o custo de aquisição de me-dicamentos envolvidos nas ações judiciais entre maio de 2021 e julho de 2022. Para as compras pú-blicas centralizadas de 24 princípios ativos (ou combinações), considerando reduções hipotéticas (básica, média e drástica), o cenário das extensões judiciais representaria gasto desnecessário para o SUS entre R\$ 365,6 milhões e R\$ 1,1 bilhão. Em todos os cenários, os gastos seriam superiores aos observados na vigência do extinto parágrafo único do artigo 40 da LPI, variando entre 28,8%, 20,9% e 18,4%.

Para as compras de 28 medicamentos no mercado privado, o cenário é ainda mais grave. Consideradas as reduções hipotéticas, as extensões judiciais re-presentariam gasto desnecessário aos consumidores entre R\$ 2,2 bilhões e R\$ 7,6 bilhões, variando entre 37,5% e 28,8%. Além disso, em 2022, já estavam disponíveis no varejo brasileiro oito medi-camentos concorrentes viabilizados pela decisão re-troativa do STF. As extensões desses medicamentos representariam custos adicionais de R\$ 695 milhões às famílias. Para um medicamento, foi constatada redução média de 76% em relação a três genéricos disponíveis e de 42% em relação a três similares comercializados, evidenciando economia concreta.

Além dos efeitos diretos sobre custos e acesso, a ampliação da vigência de patentes tem efeitos eco-nômicos mais amplos. O bloqueio da concorrência e o atraso na entrada de medicamentos no mercado afetam a capacidade da indústria farmacêutica naci-onal de manter o ritmo de investimentos produtivos

e inovadores no Brasil.

Economia da Inovação do IE/UFRJ.

ES Julia Paranhos é professora associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e coordenadora do Grupo de

Três questões urgentes sobre as terras raras



O PL dos minerais críticos tramita em regime de urgência na Câmara enquanto o Governo Federal descarta a criação da Terrabras. Esses dois fatos definem a posição brasileira diante da maior disputa global por minerais estratégicos do século XXI. O texto do projeto de lei amplia isenções fiscais ao setor e flexibiliza licenças de operação das mineradoras, anunciando um novo ciclo de entreguismo e crimes socioambientais. O IBRAM, a AMC e os grandes meios de comunicação aplaudem o PL e descartam a Terrabras como um anacronismo estatista.

Do outro lado, partidos, entidades, sindicatos, movimentos populares, intelectuais e jornalistas do campo nacionalista e de esquerda cerram fileiras pela estatal. Caberia ao governo federal tomar a iniciativa nessa disputa desigual de forças, coisa que não o faz. Em um movimento que não surpreende àqueles que acompanham a contradição do governo entre o discurso e a prática pela soberania nacional, Lula deixa correr o PL e descarta a Terrabras num só gesto.

Neste contexto, três questões urgentes se impõem ao debate público sobre as terras raras e pedem ampla mobilização.

1. Reverter a compra da Serra Verde e mapear projetos que atentem contra a soberania nacional

A primeira exigência ao Governo Lula deve ser a de reverter a compra da Serra Verde pela USA Rare Earth. Além de irregularidades relacionadas aos

acordos firmados pelo governador Caiado, a transferência para a nova empresa transforma a principal mina de ETRs fora da Ásia em uma peça das Estratégias de Segurança e Defesa dos EUA, pois a USA Rare Earth opera de fato como peça do complexo industrial-militar estadunidense. Os contratos de offtake pactuados no bojo da operação de compra garantem fornecimento exclusivo aos EUA por quinze anos. Tais fatos configuram evidente afronta à soberania e à segurança nacional brasileira, abrindo, ao governo Lula, uma possibilidade constitucional (art. 176 da CF e art. 42 do Código de Mineração) para barrar a transferência de propriedade, sem a necessidade do Congresso. Irregularidades ambientais detectadas pela Secretaria do Meio Ambiente de Goiás na operação da mina localizada em Minaçu também abrem a possibilidade, no limite, de cassação do título minerário da Serra Verde e sua encampação pelo poder público.

Deve-se exigir também que o governo federal mapeie projetos em andamento que possam produzir consequências parecidas com a da USA Rare Earth e tome medidas análogas às que deve tomar com a Serra Verde. O mapeamento precisa abranger os principais empreendimentos em estágio pré-operacional. Em Goiás, além da Serra Verde, a Aclara prepara o Projeto Carina, com operações previstas para iniciar em 2028, e já conta com financiamento da Development Finance Corporation (DFC) do governo dos EUA. Em Minas Gerais, a australiana Meteoric avança com o Projeto Caldeira em Poços de Caldas e a também australiana Viridis desenvolve, na mesma região, o Projeto Colossus. No Amazonas, a australiana Brazilian Critical Minerals, uma empresa estrangeira, tramita licenciamento ambiental para operar em Apuí a partir de 2027, e já negocia contratos de offtake com diversos países. Além desses, há outros projetos em curso com características semelhantes.

Medidas de cancelamento de aquisições em nome do interesse nacional não seriam novidade no cenário global. Ao contrário. Os Estados Unidos dispõem do CFIUS (Committee on Foreign Invest-

ment in the United States), instrumento para bloquear aquisições estrangeiras como a da Lattice Semiconductor por um fundo chinês em 2017; e da

U.S. Steel, em 2025, pela Nippon Steel. A União

Europeia opera, desde 2020, o Foreign Direct Investment Screening Regulation, instrumento utilizado pela França, em 2023, para bloquear a aquisição da Velan pela Flowserve no setor nuclear. O Canadá, por sua vez, ordenou em 2022 que três mineradoras chinesas (Sinomine, Chengze Lithium e Zangge) se desfizessem de participações em empresas canadenses de lítio e cério, e a Austrália barrou, em 2024, a aquisição da Northern Minerals, de terras raras, pelo Yuxiao Fund.

Donald Trump e Xi Jinping chegaram a um acordo sobre terras raras, mas o norte-americano ainda faz movimentos para reduzir a dependência dos EUA dos minerais chineses. Foto: ANDREW CABALLERO-REYNOLDS / AFP

2. Derrubar o PL 2780/2024

O segundo elemento da conjuntura que precisa ser enfrentado é o PL 2780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Esse PL é conhecido nos bastidores como PL do IBRAM ou das mineradoras e tramita em regime de urgência no Congresso Nacional. Não há o que se reformar neste projeto - como já analisei em artigo nesta coluna -, ele precisa ser derrubado. Os dois eixos que o estruturam são o aumento de isenções fiscais e a flexibilização de normas sociais e ambientais para os empreendimentos minerários. Para além do que já disse a respeito, caberia acrescentar, por um lado, que as mineradoras já são beneficiárias de uma série de reduções e isenções fiscais e, pagam à União irrisórios 3,5% de royalties, no máximo, sobre a receita bruta deduzida dos benefícios. Esse desenho pende a balança a favor das mineradoras e não produziu, nas últimas décadas, nenhum avanço industrial nas cadeias minerais no Brasil. Em 2021, ano de elevados preços de minérios, o Brasil arrecadou R\$ 10,2 bilhões em royalties da mineração, mas concedeu isenções da ordem de R\$ 26,5 bilhões para as mineradoras.



O aumento das isenções para o setor, incluindo a **Lei do Bem**, a REIDIC e isenções para importação de maquinário e **propriedade intelectual** para mineração, tal como propõe o PL, só aumentará a transferência de recursos públicos para o cofre de grandes empresas estrangeiras, sem contrapartidas em termos de desenvolvimento endógeno de ciência e tecnologia. A posição privilegiada do país no campo das terras raras e demais minerais críticos dispensa mecanismos de isenção indiscriminados, os quais, aliás, não têm funcionado como estratégia de política industrial no Brasil.

Quanto ao segundo eixo, a flexibilização das normas ambientais, bastaria dizer que, sob a legislação atual, o Brasil foi palco dos dois maiores crimes mundiais relacionados à mineração: Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019. Com a aprovação da Lei nº 15.190 em 2025 - o PL da Devastação modificado -, o licenciamento ambiental já sofreu uma fragilização importante. Abundam, ademais, denúncias de irregularidades em um contexto de sucateamento dos órgãos de regulação e fiscalização. A aceleração das licenças e direitos de pesquisa para projetos definidos como críticos e estratégicos só produziria novos crimes ambientais e sociais como os mencionados.

O governo, no entanto, abandonou a opção pela Terrabras e decidiu negociar com o relator do PL 2780/2024 modificações que tornem o texto mais favorável ao país. Negociar ajustes a um texto desenhado contra o interesse público é um absurdo: equivale a aceitar como ponto de partida aquilo que se deveria recusar inicialmente.

Corrida mineral. Com vastas reservas de nióbio, terras-raras e grafite, o Brasil desperta a cobiça de grandes potências - Imagem: iStockphoto

3. Retomar a centralidade da Terrabras no debate público

Defendemos acima algumas medidas negativas, isto é, de bloqueio de iniciativas já em andamento. Se elas devem ser barradas, quais devem entrar em seus lugares? Que tipo de política nacional de minerais críticos necessitamos? Como encaminhar a questão das terras raras?

O desenho de uma política completa é uma tarefa complexa e necessariamente coletiva, mas creio ser necessário apontar alguns caminhos possíveis. Considero como "possível" medidas que se encontram além do horizonte acanhado e das verdadeiras "ideias fora do lugar" que atualmente guiam a operação do Governo Federal na organização do setor das terras raras e minerais críticos. A viabilidade dessas medidas implica, igualmente, pressão política organizada de todos os setores socialistas, progressistas e nacionalistas em defesa das linhas gerais de um projeto soberano. No centro desta estratégia, está o controle da União sobre a extração dos minerais críticos, questão que no curto prazo significa priorizar a luta pela criação da Terrabras. Sua criação estabelecerá um paradigma para discussão dos demais minerais críticos brasileiros.

Qualquer projeto de país que busque superar sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho, reindustrializar-se e distribuir renda, deve ter como um dos objetivos centrais limitar a transferência do excedente econômico para fora do país, ou, o que é o mesmo com o sinal trocado, garantir a máxima permanência desse excedente dentro do país, disponível para aplicação produtiva. No caso da mineração de terras raras, isso significa reter ao máximo a renda mineral dentro das fronteiras nacionais, controlando a velocidade da produção e os preços de venda. Uma empresa estatal é a melhor solução para tal.

Na fase da extração e processamento inicial das terras raras, a entrega dessa riqueza nacional a companhias estrangeiras, ou mesmo grandes mineradoras nacionais, só se justificaria caso o setor público não tivesse capacidade de assumir a operação, o que não é o caso. Em primeiro lugar, porque não existem entraves relevantes do ponto de vista tecnológico: além da extração do minério - rochas, areais ou argilas -, as primeiras etapas de processamento se resumem à trituração, flotação, lixiviação e outras etapas que não possuem barreiras tecnológi-

cas relevantes e cujos materiais são, em grande medida, produzidos dentro do país (tanques, misturadores, ácidos, etc.). A presença do capital estrangeiro não se justifica, portanto, do ponto de vista da

transferência de tecnologia.

O outro ponto que joga a favor da nacionalização é a posição do Brasil no xadrez geopolítico das terras raras. Dada a condição de quase monopólio chinês, resta à Europa, Japão e EUA aceitar as condições impostas pelos poucos produtores alternativos, entre eles o Brasil. Ademais, como as terras raras não são commodities - não são padronizadas e seus preços não são definidos em bolsa -, seus preços, nas condições descritas, podem ser estabelecidos pelo vendedor, e só uma empresa estatal poderia impor os preços vantajosos ao país, produzindo uma renda extraordinária para ser aplicada no desenvolvimento interno da cadeia de valor. E por fim, somente uma empresa estatal poderia utilizar as terras raras como ferramenta geopolítica de negociação, mediante eventuais cotas e bloqueios de exportação. É exatamente o que faz a China, ao aliar monopólio estatal da extração e condicionantes fortes para investimentos em etapas de processamento. A cantilena de que uma estatal afastaria o investimento estrangeiro não faz nenhum sentido em um mercado que obriga o investidor a aceitar condições menos vantajosas para si - porém mais vantajosas ao país receptor do investimento -, pois simplesmente não há muitas alternativas fora da China. O argumento é tributário do léxico das associações empresariais e ignora um traço estrutural do setor de minerais críticos em geral e terras raras em particular: é precisamente o Estado - chinês, estadunidense, francês, australiano - quem hoje organiza, financia e direciona a estratégia de seus respectivos capitais privados.



Além do controle da cadeia e de preços, dois aspectos importantes, intimamente relacionados, e que só uma empresa estatal poderia cuidar, são a velocidade de exploração dos depósitos e a implementação de medidas fortes de proteção ambiental e social.

Como já mostramos, a pauta das grandes mineradoras é a flexibilização das normas ambientais e sociais, encaminhada justamente à exploração predatória e exaustão mais rápida possível das jazidas. Um projeto soberano para as terras raras deve zelar pela proteção das populações e do meio ambiente, vetando, inclusive, projetos de exploração em áreas de preservação, reservas indígenas ou localidades onde não haja como reduzir danos a populações.

Quais são as alternativas concretas para o controle estatal sobre as terras raras e os demais minerais críticos? Três precedentes nacionais podem iluminar a reflexão: i) o monopólio constitucional sobre minérios nucleares (art. 177, V, CF; Leis 4.118/1962, 6.189/1974 e 14.514/2022), ii) o modelo de partilha de produção do pré-sal (Lei 12.351/2010, com a PPSA criada pela Lei 12.304/2010); iii) o regime de anuência prévia da CNEN sobre o lítio (Decreto 2.413/1997, revogado em 2022). O primeiro, mais ambicioso, seria o do monopólio constitucional pleno, por Emenda Constitucional estendendo o art. 177, V., às terras raras - e talvez ao lítio e ao nióbio -, restringindo o monopólio à extração e com execução pela Terrabras nos moldes da INB. O segundo, menos ambicioso, seria o do regime de partilha espelhando o pré-sal: lei ordinária que mantém o art. 176 da CF como base, cria a Terrabras como operadora estatal majoritária em consórcios com o setor privado, caminho em que se inscreve o PL 1754/2026. O risco dessa opção é entregar a maior fatia da renda minerária a empresas privadas e estrangeiras, tal como ocorre em alguns blocos do pré-sal, em um contexto, porém, em que as barreiras técnicas e financeiras são muito menores na extração de terras raras do que no petróleo. Em ambos os casos, instaura-se um Fundo Soberano de Minerais Críticos abastecido por uma CFEM significativamente aumentada e pelas receitas da exploração.

A terceira possibilidade, paralela à criação da estatal, é a recriação de um regime de anuência prévia para exportação que já existiu para o lítio, instituindo controle estratégico sobre exportação e transferência de direitos minerários, ancorado em um Conselho de Minerais Críticos com competência deci-

sória, e não meramente consultiva, como prevê o PL 2780/2024. A lição do caso do lítio é que regimes restritivos sobre minerais estratégicos podem ser desfeitos por canetada quando assentados apenas em decreto: daí a urgência de que a arquitetura para as terras raras nasça já em estatura legal.

O controle estatal por meio de empresa pública mineradora é condição para a coordenação efetiva da cadeia produtiva das terras raras. Tal coordenação supõe, é claro, mecanismos de incentivos, bloqueios e punições, em face do objetivo central que é criar, dentro do país, um setor de tecnologia de ponta. A experiência chinesa torna esse ponto particularmente claro. Ao articular operação direta por empresas estatais na extração, cotas de exportação para óxidos de terras raras, diferencial de preços internos e externos, o país garantiu a criação valor interno e o desenvolvimento de tecnologia própria, inicialmente com investimento estrangeiro, mas construindo em paralelo capacidade tecnológica endógena, que hoje supera a de qualquer empresa não chinesa.

A questão da tecnologia e do capital estrangeiro

A esta altura da discussão, já é de amplo conhecimento que o ponto crítico na cadeia produtiva de terras raras são as etapas de separação e refino. Trata-se de fases dispendiosas e tecnologicamente desafiadoras, mas para as quais o Brasil se encontra relativamente bem posicionado.

Ao contrário do argumento liberal, que atribui ao setor privado a iniciativa do progresso técnico, as conquistas científicas e tecnológicas que observamos no caso das terras raras são resultado do esforço de pesquisadores de institutos e universidades públicas nacionais. A capacidade científico-tecnológica brasileira em terras raras não é incipiente - é fragmentada. A trajetória remonta à Nuclemon, estatal de terras raras vinculada à CNEN e sucateada durante as décadas de 1980 e 1990. Em 1992, cria-se, através da Nuclemon, a Unidade de Demonstração de Extração por Solventes - UDES, que chega a dominar o processo, em escala piloto, de separação e obtenção de concentrados de carbonato de lantânio, concentrado de didímio (neodímio e preseodímio) e carbonato de neodímio com graus de pureza para aplicação industrial. O contexto de abertura econômica e privatizações da década de 1990 impede a transformação dessas experiências

em projetos industriais.

Em 2013, houve uma retomada dos esforços de pesquisa através do programa PROTERRARAS, coordenado pelo Centro de Tecnologia Mineral do MCTI. Em seguida, vieram os programas REGINA I, coordenado pela UFSC, e o projeto INCT-PATRIA, coordenado pela Poli-USP. Em 2022, o CETEM obteve junto ao **INPI** a **concessão de patente** para um processo próprio de separação de praseodímio e neodímio desenvolvido pela equipe do pesquisador Ysrael Marrero Vera. Atualmente, está em execução o MagBras, projeto interinstitucional com a ambição de produzir conhecimentos aplicáveis a toda a cadeia de terras raras, da mina ao ímã. O resultado industrial mais visível desse esforço é o LabFab ITR, primeira fábrica-laboratório de ímãs de neodímio do hemisfério sul, hoje sob gestão do CIT SENAI ITR em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Independentemente das críticas que existem em relação a esses projetos, o que se quer mostrar aqui é que existe, em solo nacional e de propriedade pública, uma trajetória autônoma de desenvolvimento tecnológico que desmascara o discurso de abertura quase incondicional ao capital estrangeiro como única alternativa ao desenvolvimento desta cadeia de valor neste setor. Mas é claro que, em um con-

texto de austeridade autoimposta pelo Arcabouço Fiscal, que emerge no debate público, inclusive desde dentro do Governo Federal, como insuficiência de recursos fiscais, é provável que este potencial tecnológico desenvolvido aqui seja subaproveitado ou entregue a preço vil para o capital estrangeiro.

A brecha aberta pelo caso Serra Verde é estreita e logo se fechará. Reverter a venda, proteger o que ainda está em disputa, derrubar o PL 2780/2024 e criar a Terrabras são medidas que o governo federal deve tomar hoje e que, caso realizadas, ainda podem inscrever as terras raras em um regime de soberania à altura da importância estratégica desses recursos. A posição privilegiada que o Brasil ocupa no cenário internacional dos minerais críticos permite medidas ousadas que Lula insiste em não tomar. Há um caminho claro a seguir, e o tempo para começar a trilhá-lo se mede agora em semanas, não em anos.

Fifa prepara fiscalização de direitos autorais na Copa



Quando a Itália avançou para as semifinais da Copa do Mundo de 2006, Rocco Mastrangelo Jr. mobilizou o restaurante italiano de sua família em Toronto para receber uma casa cheia de torcedores para a partida emocionante.

Ele imprimiu milhares de panfletos, comprou anúncios de rádio e instalou um outdoor perto de uma importante estação de metrô para anunciar a transmissão da semifinal no Café Diplomatico, seu restaurante e bar.

Poucas horas antes do início da partida, representantes da Fifa (Federação Internacional de Futebol), organizadora do torneio, ameaçaram processar Mastrangelo por violação de **direitos autorais** - a menos que ele retirasse tudo.

"E foi o que eu fiz", disse Mastrangelo. A Itália venceu. E uma luz se acendeu: ele daria outro nome às festas para assistir aos jogos.

"Foi assim que nasceu o 'Café Dip Soccer Headquarters'", disse ele, referindo-se a uma abreviação do nome do restaurante. "Tive que me adaptar e criar minha própria marca."

Com a Copa do Mundo chegando a Toronto este ano, haverá ainda mais atenção voltada para estabelecimentos como o dele e em outras 15 cidades-sede no Canadá, nos Estados Unidos e no México quando o torneio começar em 11 de junho.

Equipes esportivas e organizações atléticas, como a Fifa, o COI (Comitê Olímpico Internacional) e outras, são agressivas na proteção de seus **direitos**

autorais porque seus nomes, logotipos e marcas são considerados ativos comerciais.

Patrocinadores podem pagar milhões pelo direito exclusivo de se associarem aos eventos.

Os direitos de marketing são a segunda maior fonte de receita da Fifa, depois dos direitos de transmissão televisiva, gerando US\$ 965 milhões (R\$ 4,8 bilhões) em 2025, segundo os registros financeiros da organização.

Toronto e Vancouver, na Colúmbia Britânica, onde serão disputados 13 jogos da Copa do Mundo, estão se preparando para a aplicação rigorosa das regras de **propriedade intelectual**, principalmente em estabelecimentos como restaurantes e bares. A Fifa conta com voluntários, advogados e funcionários para garantir a proteção de sua marca.

"Infelizmente, a maioria deles não poderá exibir as palavras 'Fifa' ou 'Copa do Mundo' em seus quadros-negros ou em qualquer outro lugar", disse Josh Matlow, vereador de Toronto. "Será necessário usar alguma linguagem codificada", acrescentou, comparando o local a um bar clandestino.

Os **direitos autorais** também se aplicam em outros idiomas; por exemplo, em francês, para "Mondial" ou "Coupe du Monde", e em espanhol, para "Mundial" ou "Copa Mundial".

Os estabelecimentos comerciais canadenses também serão amplamente monitorados por agentes municipais, que patrulharão uma "área controlada", um raio de 1,9 km ao redor do estádio de futebol em cada cidade.

Toronto mobilizará cerca de 60 desses agentes nos dias de jogos, disse Russell Baker, porta-voz da cidade. Os agentes também fiscalizarão a venda ambulante ilegal, o estacionamento irregular e as reclamações de ruído.

Em Vancouver, os fiscais farão cumprir a remoção de placas comerciais não autorizadas durante toda a Copa do Mundo, disse Elayne Sun, porta-voz do comitê organizador da Copa do Mundo na cidade.

O trabalho começará em 13 de maio, cerca de um mês antes do torneio, e vai até 20 de julho.

Ron MacGillivray, proprietário do Fable Diner & Bar em Vancouver, espera evitar a fiscalização dos agentes pendurando bandeiras internacionais como decoração e placas com frases genéricas como "Assista Futebol Aqui" ou "Assista aos Jogos Aqui".

"Você pode se divertir com isso, fazer de forma irônica", disse MacGillivray. "Vai chamar mais atenção. Todo mundo vai ser bombardeado com 'Copa do Mundo da Fifa' conforme a data se aproxima."

O Sneaky Dee's, um bar descolado e tradicional do centro de Toronto, exibirá a "Global Kickball Cup" em suas televisões. Pelo menos, é o que dirão suas placas e postagens nas redes sociais.

"Estávamos apenas pensando em diferentes nomes que poderíamos dar ao local", disse George Diamantouros, proprietário do Sneaky Dee's.

Ele é particularmente sensível à questão depois de ter sido advertido sobre violação de **direitos autorais** pelo Toronto Blue Jays durante a World Series do ano passado.

"Obviamente, vamos divulgar que estamos transmitindo jogos aqui, mas preferimos pecar pelo excesso de cautela", disse Diamantouros.

Proprietários privados também podem impor multas ou tomar medidas mais extremas contra inquilinos comerciais se problemas de violação de **direitos autorais** levarem a qualquer quebra de con-

trato de locação, disse Arman Poushin, advogado imobiliário e ávido fã de futebol em Toronto, que tem acompanhado o assunto.

Embora bem versado em conformidade com **direitos autorais** após seu fiasco em 2006, Mastrangelo ainda não viu nenhum "policia da Fifa", como ele mesmo disse, aparecer no restaurante.

Mas ele está frustrado com o fato de a organização ter tanto poder para ditar as atividades dos torcedores por meio de seu acordo com a cidade anfitriã.

"É como se a Fifa fosse Deus e a cidade fosse Jesus", disse Mastrangelo.

A Fifa não respondeu ao pedido de comentário.

A possibilidade de assistir aos jogos em espaços públicos será importante, já que a maioria dos torcedores provavelmente não terá condições de comprar ingressos, disse Jean-Sébastien Roy, vice-presidente do Voyageurs, um fã-clube não oficial da seleção canadense.

Isso fez com que torcedores como ele se mostrassem menos dispostos a ceder às exigências da Fifa.

"Vamos respeitar as diretrizes que a Fifa estabeleceu", disse ele. Mas, acrescentou, "Vamos chamar de Copa do Mundo porque é a Copa do Mundo".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	3,4,9,10,18,19
Entidades	13,14,15,16,17
Marco regulatório INPI	1,2,5,6,11,12,13,14,15,16,17
Patentes	11,12,13,14,15,16,17
Pirataria	7,8
Propriedade Industrial	7,8,11,12
Propriedade Intelectual	13,14,15,16,17,18,19